**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**

**RESOLUÇÃO ANP Nº XX, DE XX.XX.2017 - DOU XX.XXXX.2017**

 Estabelece o registro de terminais e dutos de movimentação e armazenamento de metanol

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos incisos I e XVIII, do art.8°, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, alterada pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro 2005 e com base na Resolução de Diretoria nº XX, de X de XXX de 2017

Considerando que compete à ANP regular e fiscalizar os produtos que possam ser utilizados para adulterar ou alterar a qualidade de combustíveis, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 1º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999;

Considerando que o metanol tem potencial adulterante da gasolina C e do etanol hidratado combustível;

Considerando a necessidade de obtenção de informações referentes à movimentação e armazenamento de metanol de forma a permitir à ANP o acompanhamento desse produto para fins de combate à adulteração de combustíveis;

Resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o registro obrigatório dos dutos e terminais que movimentem metanol, o qual deverá ser obtido nos seguintes casos:

I - operação de novas instalações de movimentação ou armazenamento de metanol;

II - alteração da capacidade de instalações existentes que movimentem ou armazenem metanol;

III - quando ocorrer adaptação, conversão, alteração, reclassificação, regularização ou reativação de instalações existentes que operem ou passem a operar com metanol.

Parágrafo Único: As instalações utilizadas para movimentação e armazenamento exclusivo de metanol em terminais e dutos não estão sujeitas a autorização de construção e operação.

Art. 2º Para obtenção do registro, a empresa deverá encaminhar à ANP:

I - memorial descritivo das instalações, do serviço envolvido, do processo, das capacidades de movimentação e de armazenagem, incluindo dimensões de tanques de armazenagem e dos dutos de movimentação;

II - planta geral de locação, contendo a disposição dos equipamentos, edificações, divisas, arruamentos, instalações de recebimento e entrega de produtos (modais aquaviário, dutoviário, ferroviário e rodoviário), bem como as respectivas cotas, que deverá guardar coerência com o memorial descritivo apresentado para atendimento ao inciso I do presente artigo.

III - cadastro dos dados básicos da instalação, preenchido por meio do sistema disponível no sitio eletrônico [http://www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br/), cujas informações deverão guardar coerência com o memorial descritivo e com a planta geral apresentados para atendimento aos incisos I e II do presente artigo.

IV – licença de operação do empreendimento expedida pelo órgão ambiental competente;

V - cópia autenticada do ato constitutivo da empresa, com as respectivas alterações sociais;

VI - comprovante de eleição ou designação dos administradores ou diretores, nos casos em que seus poderes não estejam expressamente previstos no ato constitutivo;

VII - comprovação de inscrição nas Fazendas Federal e Estadual da matriz e da(s) filial(is) envolvidas na movimentação ou armazenamento de metanol.

Art. 3º A desativação temporária ou permanente de instalações que movimentem ou armazenem metanol deverá ser comunicada a ANP com antecedência mínima de 60 dias para fins de atualização cadastral.

Art. 4º As empresas operadoras de dutos e terminais de metanol já estabelecidas deverão encaminhar as informações solicitadas nos artigos 2º e 3º para fins de registro em até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da publicação desta Resolução.

Art. 5º O não atendimento ao disposto nesta Resolução sujeita os infratores às penalidades previstas na Lei nº [*9.847*](http://nxt.anp.gov.br/nxt/gateway.dll/leg/leis//nxt/gateway.dll?f=id$id=Lei%209.847%20-%201999), de 26 de outubro de 1999, sem prejuízo das penalidades de natureza civil e penal.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

*Décio FABRÍCIO Oddone DA COSTA*